

J.T.  
 26/10/97  
 4-A  
 20

## EDITORIAL

# Meio ambiente: o caminho do meio

Depois que o governo Fernando Henrique Cardoso "abriu a porteira", autorizando a "exploração sustentável" de madeira nas florestas públicas nacionais, a "boiada" ameaça passar inteira. Agora, é a Comissão de Minas e Energia da Câmara que, passando por cima das defesas constitucionais para os remanescentes da Mata Atlântica, aprovou projeto de lei do deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC), também apoiado (e, em seguida, graças à pressão da opinião pública, desapoiado) por ninguém menos que o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP). Esse projeto, entre outras coisas, dá poderes a qualquer prefeito de autorizar o desmatamento e a ocupação de áreas de Mata Atlântica sem ter de cumprir sequer a lei que exige laudos de impacto ambiental que continua valendo até para ações muito menos evidentemente danosas ao meio ambiente do que esta.

É inacreditável que a esta altura de nossa longa história de depredação ambiental o Estado brasileiro, seja na sua representação federal, seja em outras instâncias, ainda tenha dúvidas desse tipo sobre seu compromisso com a História e com as futuras gerações de brasileiros na questão ambiental.

A mentalidade daquele típico colonizador que veio para não ir além da praia é que, sempre voltado para a metrópole de além-mar, estava aqui "para colher o fruto sem ter tido de plantar a árvore" deitou raízes profundas em nossa cultura, que ainda estão por ser extirpadas. Essa mentalidade levou à depredação irresponsável do que havia para ser depredado em três quartos do território nacional, e continua por trás da depredação

do quarto restante, que já vai fundo nas bordas da Amazônia. E isso, por si só, justifica os dois sentidos da ação do Estado que temos sugerido aqui, desde sempre. Ela deve se apoiar em duas linhas: a de reservar a maior extensão de área possível em cada um dos diferentes ecossistemas brasileiros, fechando-os a qualquer tipo de exploração industrial ou predatória, a começar pela de madeiras, e a de regulamentar o uso de áreas selvagens em mãos privadas de forma a favorecer o mais possível a sua conservação.

Isto posto, cabe examinar, sem as emoções que prejudicam a razão, os erros da atual política ambiental, que estão dando os pretextos aos que querem a sua inversão completa.

A questão da conservação do meio ambiente em países de economia plena não se resume, como parecem dar a entender as manifestações justamente indignadas que a imprensa publicou no caso que estamos examinando, a uma luta entre o bem e o mal, ou entre os amigos e os inimigos da natureza. Mesmo descontadas as possíveis intenções espúrias — que as há nos interstícios de qualquer processo desse tipo —, o problema é mais complexo do que isto.

Nossa legislação ambiental tem pecado por ignorar a força do impulso econômico que está por trás de todas as ações humanas. E isto tem aberto as brechas atra-



vés dos quais se tenta, agora, jogá-la de uma vez por terra.

A justificativa que o deputado Paulo Bornhausen apresenta para o seu projeto são as populações — em geral muito pobres — que foram "congeladas" junto com o congelamento total do uso das áreas onde vivem. Esses pequenos proprietários estão hoje reduzidos à agricultura de subsistência e às coletas extrativistas, sem nenhuma alternativa legalmente admitida que lhes permita uma vida mais digna dentro do mundo em que escolheram viver. Essa verdade vale tanto para as populações que vivem nos remanescentes da Mata Atlântica quanto para as populações de outras áreas selvagens do Brasil, entre elas as dos Estados amazônicos, que montam a mais de 17 milhões de indivíduos. É pelos mesmos motivos que alega o deputado de Santa Catarina para propor o que está propondo que os governadores desses Estados pressionam o governo federal a autorizar a exploração indus-

trial de madeira em suas florestas.

E, descontadas outras possíveis influências em suas atitudes, esses argumentos fazem sentido. Com a proibição geral e irrestrita de qualquer uso das áreas selvagens, cria-se um problema social para essas populações que não pode ser resolvido, mantidas as regras atuais, senão com sua condenação à miséria sem esperança ou sua remoção das terras onde sempre vive-

ram. Essa legislação radicalmente restritiva está transformando a mata, ou qualquer outro tipo de ecossistema protegido, no limite do território do qual podem tirar o seu sustento. E, com isso, os ambientes protegidos passam a ser o inimigo a ser derrotado. Queimar a mata furtivamente é a forma de ampliar a área de onde tirar o sustento da família. Matar o bicho que come a criação é "limpar" o mato dos inimigos. Abrigar o madeireiro ilegal é a maneira de pôr mais feijão no prato das crianças. Cavar uma desapropriação — fraudulenta, se possível — ou vender a terra para um madeireiro é a maneira de se ressarcir dos prejuízos impostos por todos os anos de "congelamento". E as alternativas param por aí. Por isso, derrubar de uma vez toda e qualquer legislação de proteção ambiental passa a ser o objetivo de todos eles.

No entanto, existem outras alternativas de uso sustentável do meio ambiente conservado, que favorecem a sua conserva-

ção e são economicamente melhores e politicamente mais corretas do que a sua transformação em tábuas ou em carvão. Só que são os próprios ambientalistas os primeiros a se levantar contra elas.

Em todos os outros países das Américas, do Sul, do Norte e Central, da Europa, da África e da Ásia favorece-se a organização da caça e da pesca esportivas. E nas poucas áreas selvagens que favorecem essa atividade, também o ecoturismo. Cada vez mais procuradas por turistas de todo o mundo, elas criam um poderoso interesse econômico na preservação das áreas que abrigam caça e pesca e na multiplicação das espécies de que vive essa indústria (ela movimentou US\$ 176 bilhões no ano passado somente nos Estados Unidos). Em todos esses países, há emprego rentável para quem gosta desse tipo de vida, sem que se tenha de mudar de vida. Em todos esses países, milhões de empregos e milhares de indústrias dependem da conservação do ambiente e da continuação das espécies selvagens, o que engendra milhões de "fiscais" diretamente interessados em sua tarefa de conservação e bilhões de dólares para financiar esses programas. Não é preciso fiscais miseravelmente pagos pelo Estado para tentar essa missão impossível.

A solução para uma política viável de conservação do meio ambiente no Brasil requer uma aproximação de parte a parte. Tanto o governo quanto os ambientalistas têm de se afastar dos extremos da depredação em ritmo industrial e da intocabilidade total e ir para o caminho do meio, que é o do uso sustentável dos recursos naturais em atividades que favoreçam a conservação.